

FATORES DETERMINANTES NA ADOÇÃO DA LINGUAGEM SIMPLES POR SERVIDORES PÚBLICOS DE ALAGOAS

DETERMINING FACTORS IN THE ADOPTION OF PLAIN LANGUAGE BY PUBLIC SERVANTS IN ALAGOAS

Maria dos Santos Marques¹
Keuler Hissa Teixeira²
Pedro Henrique de Souza³
Thaís Letícia Silva dos Santos⁴

RESUMO:

O objetivo desse estudo é analisar como as características individuais, conhecimento e capacitação influenciam a motivação do uso da linguagem simples no setor público, a partir do modelo *logit*, utilizando dados de uma pesquisa aplicada com servidores públicos da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas, no período de dezembro de 2023 a janeiro de 2024. Especificamente, pretende-se investigar a probabilidade dos servidores estarem motivados para utilização e implementação do uso da linguagem simples no setor público. Os principais resultados revelam que as chances dos servidores estarem motivados são influenciados pela idade, conhecimento e compreensão sobre a temática da Linguagem Simples, principalmente para os servidores com conhecimento mais elevado.

Palavras-chave: Setor público; Linguagem Simples; Logit.

ABSTRACT:

The objective of this study is to analyze how individual characteristics, knowledge, and training influence the motivation to use plain language in the public sector, based on the logit model, using data from a survey applied to public servants of the State Secretariat for Planning, Management, and Heritage of the State of Alagoas, from December 2023 to January 2024. Specifically, the aim is to investigate the probability of civil servants being motivated to use and implement the use of plain language in the public sector. The main results reveal that the chances of civil servants being motivated are influenced by age, knowledge, and understanding of the theme of Plain Language, especially for civil servants with higher knowledge.

Keywords: Public sector, Plain Language, Logit.

¹ Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas. Bacharel em Administração pela Faculdade Cesmac do Sertão. Atua atualmente como gerente de Inovação e Simplificação de Serviços Públicos na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. E-mail: marquesmaria123@outlook.com

² Professor Doutor Associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) e do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: keulerhissa@hotmail.com

³ Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), com pós-graduação em Administração Pública pela PUC-Minas e MBA em Gestão Tributária pela USP-ESALQ. Atualmente exerce o cargo de Superintendente de Governo Digital na Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas. Email: pedro.souza@seplag.al.gov.br

⁴ Graduanda em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atua atualmente como gerente de Plataforma de Serviços Digitais. E-mail: thais.silva@seplag.al.gov.br

Introdução

A necessidade de aplicar a chamada Linguagem Cidadã, que busca tornar o texto, a estrutura e o design das informações claros o suficiente para que o usuário final possa facilmente encontrar o que procura, compreender o que encontrou e utilizar essas informações de maneira prática, tem ganhado destaque em debates recentes (Plain Language Association International, 2021). Essa abordagem não apenas auxilia os cidadãos a entenderem o que leem, mas também permite que cumpram suas tarefas ou obtenham serviços governamentais de forma mais eficiente e rápida (Barboza, 2010).

Nesse cenário, a qualidade da informação pública transcende a simples transparência dos dados. A transparência implica não apenas a disponibilização das informações, mas também a garantia de que elas sejam compreensíveis e reflitam adequadamente as atividades dos gestores públicos, permitindo aos cidadãos entenderem o que está sendo realizado no âmbito governamental (Cruz; Santos, 2009). No entanto, observa-se que o acesso e o entendimento das informações disponíveis em sites oficiais de governos locais ainda não fazem parte da cultura da maioria dos cidadãos (Palassi; Martins; Paula, 2016).

Com o avanço da comunicação digital, a atuação governamental também se expandiu para as mídias sociais, que se consolidaram como canais importantes de interação com a população (Song; Lee, 2016). Contudo, para que esses canais sejam realmente eficazes, é fundamental que as informações públicas disponibilizadas sejam compreensíveis. Assim, o acesso à informação é apenas o primeiro passo para alcançar a transparência, pois é indispensável que os cidadãos consigam interpretar e utilizar essas informações (Cappelli, 2009).

A Linguagem Simples emerge como uma solução viável para esses desafios, buscando garantir clareza e acessibilidade na comunicação governamental. De acordo com Silva e Vitoriano (2021), uma comunicação clara é fundamental para que a transparência seja efetiva, permitindo que os cidadãos tomem decisões conscientes e tenham acesso facilitado aos serviços públicos.

Além disso, para que essa prática seja implementada com sucesso, é importante considerar o papel dos servidores públicos na redação e disseminação das informações.

Muitos enfrentam dificuldades ao redigir textos administrativos, pois precisam levar em conta características linguísticas específicas que variam conforme o gênero textual e o público-alvo (Grille, 2022). Assim, compreender as necessidades do público interno torna-se tão relevante quanto atender às expectativas dos cidadãos (Dreher, 2017).

Dado esse contexto, a pesquisa pretende analisar a motivação dos servidores públicos para utilizar a Linguagem Simples no setor público, considerando suas características individuais, nível de conhecimento e participação em capacitações. Especificamente, busca-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais fatores influenciam a motivação dos servidores públicos para adotar a Linguagem Simples em suas práticas comunicativas, considerando suas características individuais, nível de conhecimento e participação em capacitações?

Parte-se da hipótese de que a motivação dos servidores públicos para adotar a Linguagem Simples é influenciada positivamente pelo nível de conhecimento sobre a prática, pela participação em capacitações voltadas à comunicação clara e acessível, e por características individuais, como a experiência no setor público, percepção de utilidade da Linguagem Simples e abertura para inovações que promovam eficiência e transparência organizacional. Para isso, foi aplicado um modelo econométrico *logit*, utilizando dados coletados em uma pesquisa aplicada com servidores públicos da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio de Alagoas, no período de dezembro de 2023 a janeiro de 2024.

1. Revisão da Literatura

1.1 Linguagem Simples: Inclusão e Transparência no Setor Público

A comunicação é um elemento fundamental em qualquer organização pública, sendo indispensável para transmitir informações, prestar esclarecimentos e apresentar resultados. No entanto, o uso de uma linguagem repleta de termos técnicos e jurídicos, aliado a estruturas complexas e uma alta carga de informações, dificulta frequentemente a compreensão pelo público. Essa barreira afeta especialmente minorias, pessoas com deficiência e migrantes, limitando seu acesso a informações fundamentais (Fischer; Mont'alvão; Santos, 2019; Sullivan, 2001; Taibi, 2023; Vermeiren, 2018; Sánchez; Angulo, 2022).

Para superar esses desafios, a Linguagem Simples apresenta-se como uma solução prática e inclusiva. Trata-se de um conceito abrangente, voltado à simplificação da comunicação escrita e oral, visando torná-la mais acessível e compreensível para todos, incluindo pessoas com baixa literacia ou deficiências cognitivas (Plain Language Association International, 2021). Essa abordagem não apenas facilita o entendimento das informações, mas também reflete um compromisso ético e transparente na prestação de informações públicas, fortalecendo os mecanismos de controle social e promovendo a participação cívica.

Além dos benefícios para o público externo, a adoção da Linguagem Simples também traz vantagens dentro das próprias organizações públicas. Muitos servidores enfrentam dificuldades, seja pela falta de formação em linguística ou redação técnica, seja pela resistência a mudanças. A familiaridade com jargões técnicos e a dificuldade de traduzir termos especializados de forma clara são barreiras frequentes (Grille, 2022; Ruta-Korytowska, 2022). Contudo, a utilização de uma linguagem acessível incentiva uma comunicação mais eficiente e fortalece a participação democrática, permitindo que os cidadãos façam perguntas relevantes e participem ativamente dos processos de tomada de decisão (Cappelli; Oliveira; Nunes, 2023).

Jones e Williams (2017) ampliam essa perspectiva ao destacar o papel da linguagem simples como uma ferramenta de inclusão e justiça social. Para os autores, essa prática vai além da simplificação técnica, ajudando a construir um diálogo mais ético e acessível. Sua aplicação em instituições como Tribunais de Justiça e Ministérios Públicos promove maior transparência, amplia o acesso aos direitos e fortalece a cidadania, permitindo que as pessoas compreendam melhor os serviços e normas disponíveis.

A comunicação eficiente proporcionada pela Linguagem Simples também gera resultados significativos nos documentos oficiais. Ao reduzir as chances de interpretações equivocadas, essa prática assegura que os cidadãos compreendam melhor normas e legislações, resultando em decisões mais informadas e conscientes (Ruta-Korytowska, 2022; Silva e Vitoriano, 2021).

Além disso, Finatto e Motta (2017) ressaltam a conexão entre linguagem simples e acessibilidade. As autoras introduzem o conceito de acessibilidade textual e terminológica, enfatizando que as barreiras de comunicação não se limitam aos espaços físicos. Materiais escritos podem se tornar intransponíveis para muitos, dificultando o

acesso à informação por razões diversas. Assim, a simplificação textual contribui para diminuir essas barreiras, promovendo uma comunicação mais inclusiva para todos, independentemente de suas condições ou habilidades.

1.2 Regulamentação da Linguagem Simples no Brasil: Avanços e Desafios

A Linguagem Simples tem ganhado destaque em iniciativas legislativas e administrativas no Brasil. Embora ainda não exista uma lei específica sobre o tema, há propostas em andamento, como a Política Nacional de Linguagem Simples (Câmara, 2022). Essa proposta busca implementar a Linguagem Simples nos órgãos da administração pública direta e indireta e atualmente está em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados.

Apesar da ausência de uma regulamentação abrangente, a Linguagem Simples já está presente em diversas legislações brasileiras. A Lei dos Serviços e Administração Pública – Lei n.º 13.460 (Brasil, 2017, art. 5º, § XIV) destaca a necessidade do uso de "linguagem simples e compreensível, evitando o uso de siglas, jargões e estrangeirismos", além de regulamentar a elaboração de Cartas de Serviços com informações claras e precisas. A Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527 (Brasil, 2011) estabelece que os órgãos e entidades públicas devem oferecer acesso às informações de forma transparente, clara e objetiva, utilizando linguagem de fácil compreensão. Já a Lei do Governo Digital – Lei n.º 14.129 (Brasil, 2021) reforça a importância de princípios e regras para o aumento da eficiência pública, demandando, em seu art. 2º, o uso de linguagem clara e compreensível. Essa exigência reflete a necessidade de transparência e comunicação acessível como parte da transformação digital.

No setor público, diversas ações práticas têm impulsionado a adoção da Linguagem Simples. Em 2016, o Estado de São Paulo lançou o guia “Orientações para adoção de linguagem clara”, desenvolvido no contexto de um projeto de governo aberto em parceria com o Reino Unido (Fundação Seade, 2016). No mesmo ano, o governo federal apresentou a cartilha Fugindo do ‘burocratês’: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público (GesPública, 2016), baseada nas diretrizes da rede americana *Plain Language Action and Information Network* (Plain Language Action and Information Network, 2019), com acréscimos de conteúdo adaptado ao Brasil.

Outras iniciativas estaduais incluem a Política Estadual de Linguagem Simples sancionada no Ceará em 2022, que estabelece seu uso em todos os órgãos da administração estadual (Ceará, 2022). Na Bahia, o Tribunal de Justiça regulamentou o uso de Linguagem Simples em atos processuais e no atendimento às partes (Bahia, 2022). No Paraná, o programa de inteligência artificial “Piá” passou a incluir orientações sobre Linguagem Simples para tornar os serviços mais acessíveis e desburocratizados (Paraná, 2023).

No âmbito da tecnologia, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia de Informação e Comunicação (ABEP-TIC) elaborou o Guia Nacional de Linguagem Simples, promovendo sua aplicação nos portais de serviços públicos estaduais (ABEP-TIC, 2022).

No campo acadêmico, o tema ganhou relevância com o lançamento, em 2018, do livro “Clareza em textos de e-gov”, uma questão de cidadania (Fischer, 2018), a primeira obra a sistematizar o movimento da Linguagem Simples em língua portuguesa. Ainda no âmbito legislativo, em dezembro de 2019, foi apresentado um projeto de lei na Câmara dos Deputados nos moldes da legislação de São Paulo (Câmara dos Deputados, 2019), embora o projeto estivesse, em 2021, aguardando análise pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público há mais de um ano.

Apesar dessas iniciativas, a implementação da Linguagem Simples ainda enfrenta desafios. A cultura burocrática ainda domina a comunicação pública, indicando a necessidade de maior comprometimento na adoção de políticas que promovam clareza, acessibilidade e transparência em prol dos cidadãos brasileiros.

2. Metodologia e Base de Dados

2.1 Estratégia empírica

Neste estudo, utilizamos o modelo *Logit* para analisar a motivação dos servidores públicos a adotarem o uso da linguagem simples no setor público, considerando características individuais, conhecimento e capacitação. A variável dependente é categórica, indicando se o servidor está motivado (valor 1) ou não está motivado (valor 0). A probabilidade de um servidor estar motivado ou não depende de características individuais, com o termo de erro seguindo uma distribuição logística.

Portanto, empregamos a função de probabilidade condicional do modelo *Logit* para realizar a análise.

$$Pr(y_i = 1|x'_i) = G(x'_i) = \frac{\exp(x'_i\beta)}{1+\exp(x'_i\beta)}$$

(1)

O termo $G(\cdot)$ indica a função de distribuição acumulada de uma distribuição logística. Portanto, y_i assume o valor um se o servidor estiver motivado e zero caso contrário. O vetor x'_i contém as variáveis explicativas relacionadas às características individuais, conhecimento e capacitação.

$$L(\beta) = \sum_i^N \left\{ y_i \ln \left(\frac{\exp(x'_i\beta)}{1+\exp(x'_i\beta)} \right) + (1 - y_i) \ln \left(\frac{1}{1+\exp(x'_i\beta)} \right) \right\}$$

(2)

Os coeficientes derivados pelo método de máxima verossimilhança não são interpretados da mesma forma que os coeficientes estimados pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários. Isso ocorre devido à natureza não linear do modelo *Logit*, resultante da presença da função não linear $G(\cdot)$. Portanto, o valor absoluto dos coeficientes não tem uma interpretação direta em termos econômicos. Em vez disso, a relevância dos coeficientes estimados está relacionada ao seu sinal e à sua significância estatística.

Ao contrário do modelo de regressão linear, onde o coeficiente β permite a estimativa do efeito direto das variáveis explicativas na variável dependente, na regressão logística, os parâmetros encontrados não correspondem precisamente ao efeito do regressor sobre a variável preditora. Isso acontece porque esse efeito também é impactado pela probabilidade do evento não se concretizar (Greene, 2020; Cameron e Trivedi, 2005). Dessa forma, o modelo *Logit* pode ser interpretado através dos efeitos marginais na razão de chance (*odds ratio*), que representa a razão entre a probabilidade de o evento acontecer e a probabilidade de não acontecer. Portanto, a razão de chances a favor da ocorrência de um evento é dada por:

$$Odds = \frac{Prob(Y=1|x')}{Prob(Y=0|x')} = \frac{\exp(x'_i\beta)/[1+\exp(x'_i\beta)]}{1/[1+\exp(x'_i\beta)]} = \exp(x'_i\beta)$$

(3)

Reformulando, pode-se expressar de forma linear:

$$\ln \frac{p}{1-p} = x_i' \beta$$

Para avaliar a adequação do modelo de regressão logística, utiliza-se o teste de *Hosmer-Lemeshow*, o qual compara as frequências observadas e estimadas na amostra. Neste estudo, a adequação dos modelos aos dados será avaliada por meio de uma variante do teste de *Hosmer-Lemeshow* apresentada em Archer e Lemeshow (2006).

2.2 Base de dados e variáveis de estudo

Para este estudo, a amostra utilizada é composta por dados de uma pesquisa aplicada entre os servidores da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG), do Estado de Alagoas, realizada entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online, elaborado com a ferramenta de código aberto *LimeSurvey*. O questionário, desenvolvido para uma análise detalhada dos resultados, está apresentado no Apêndice 1 e inclui sete variáveis, descritas de forma detalhada no Quadro 1. A pesquisa contou com 270 observações, o que corresponde a 77,14% do total de 350 servidores na época.

A variável dependente de interesse, denominada *Motivação*, foi definida com base na pergunta de número 7, onde o valor 0 representa servidores não motivados e o valor 1 representa servidores motivados. As demais variáveis foram tratadas como independentes e categorizadas para garantir que as premissas estatísticas fossem atendidas.

A variável "sexo", correspondente à pergunta de número 1, foi considerada uma variável independente, categorizada como 0 (masculino) e 1 (feminino). A variável *Faixa Etária*, associada à pergunta de número 2, também foi considerada independente, com categorias que abrangem as faixas de 19-29, 30-39, 40-49, 50-59 anos e acima de 59 anos. A variável *Conhecimento 1*, referente à pergunta de número 3, avaliou se os servidores conseguem identificar uma frase de fácil compreensão. Para essa variável, o

valor 1 foi atribuído aos servidores que escolheram a alternativa correta (letra "C"), e o valor 0 para aqueles que selecionaram alternativas incorretas.

A variável Conhecimento 2, associada à pergunta de número 4, mediu o nível de conhecimento dos servidores sobre o conceito de Linguagem Simples e sua aplicação no contexto brasileiro. Nesta variável, o valor 1 foi atribuído para quem selecionou a alternativa correta (letra "E"), enquanto o valor 0 foi atribuído aos que escolheram alternativas incorretas. A variável Conhecimento 3, relacionada à pergunta de número 5, avaliou o nível de conhecimento sobre a temática da Linguagem Simples, com três categorias: "baixo" (valor 0), "médio" (valor 1) e "elevado" (valor 2).

Por fim, a variável Capacitação, associada à pergunta de número 6, avaliou se os servidores participaram de cursos nos últimos quatro anos. O valor 0 foi atribuído para quem não participou de nenhum curso, enquanto o valor 1 indicou servidores que participaram de cursos nesse período.

Quadro 1: Variáveis utilizadas.

Variável	Categorias
Motivado	Não
	Sim
Sexo	Masculino
	Feminino
Faixa etária	19-29 anos
	30-39 anos
	40-49 anos
	50-59 anos
	Acima de 59 anos
Conhecimento1	Não
	Sim
Conhecimento2	Não
	Sim
Conhecimento3	Baixo
	Médio
	Elevado
Capacitação	Nenhum
	Nos últimos 4 anos

Fonte: Elaboração própria.

3. Análise dos Resultados.

A tabela 1 apresenta uma análise descritiva das variáveis utilizadas nesse estudo. observa-se uma maior proporção de mulheres, respectivamente 52,59%, a proporção de homens é um pouco menor, representando 47,41%. Observando a faixa etária, verifica-se que a faixa mais representada está entre 19 e 29 anos, com aproximadamente 45,31%, para homens e 33,1%, para as mulheres.

Analisando a variável de Conhecimento 1, observa-se uma maior proporção de homens que identificaram uma frase de fácil compreensão, representando 73,44%, a proporção de mulheres é um pouco menor, representando 58,45%. Em relação à variável de Conhecimento 2, que avalia os servidores com conhecimento sobre o conceito de Linguagem Simples e sua aplicação no contexto brasileiro, a proporção dos servidores com conhecimento foram semelhantes em ambos os sexos, com aproximadamente 81,89%, para homens e 80,71%, para as mulheres.

Em relação a variável de Conhecimento 3, que avalia o nível de conhecimento sobre a temática da Linguagem Simples, em três categorias: baixo, médio e elevado. Observa-se que a categoria com maior proporção foi a categoria Médio, com uma proporção maior para as mulheres, com aproximadamente 61,43%, a proporção para homens foi um pouco menor, respectivamente 54,33%. Em relação a variável capacitação, que avalia se os servidores participaram de cursos nos últimos 4 anos.

Observa-se uma maior proporção de homens que não participaram de cursos, respectivamente 74,8%, a proporção para mulheres foi um pouco menor, respectivamente 66,43%. A variável dependente Motivação, que avalia a motivação dos servidores, a proporção de servidores com motivação, foram semelhantes em ambos os sexos, com aproximadamente 74,02%, para homens e 73,57%, para as mulheres.

Tabela 1: Percentual ponderado de servidores respondentes ocupados no período de referência da pesquisa, que abrange dezembro de 2023 a janeiro de 2024. (n= 270).

Variável	Categoria	Homens	Mulheres	Total
		n= 128	n= 142	n= 270
Total		47,41	52,59	100
Idade	19-29 anos	45,31	33,1	38,89
	30-39 anos	26,29	33,1	31,48
	40-49 anos	8,59	14,08	11,48
	50-59 anos	10,16	9,15	9,63
	Acima de 59	6,25	10,56	8,52
Conhecimento 1	Sim	73,44	58,45	65,56

	Não	26,56	41,55	34,44
Conhecimento 2	Sim	81,89	80,71	81,27
	Não	18,11	19,29	18,73
Conhecimento 3	Baixo	22,05	16,43	19,1
	Médio	54,33	61,43	58,05
	Elevado	23,62	22,14	22,85
Capacitação	Nenhum	74,8	66,43	70,41
	Nos últimos 4 anos	25,2	33,57	29,59
Motivados	Sim	74,02	73,57	73,78
	Não	25,98	26,43	26,22

Fonte: resultados da pesquisa. Todos aqueles que responderam à pesquisa.

A Tabela 2 apresenta os resultados da regressão que analisam os fatores que influenciam a motivação dos servidores públicos no uso da linguagem simples. Os resultados permitem compreender como diferentes variáveis afetam essa motivação, oferecendo uma visão mais detalhada sobre os aspectos que podem impulsionar ou não a adoção dessa prática no setor público.

Em relação à variável sexo, os resultados indicam que as chances de motivação entre servidores masculinos e femininos não foram estatisticamente significativas. Isso sugere que, no contexto analisado, o sexo não é um fator determinante na motivação para o uso da linguagem simples. A ausência de significância estatística implica que outros fatores, possivelmente relacionados às condições de trabalho ou características individuais, são mais relevantes na explicação da motivação.

Quando analisadas as faixas etárias, verificou-se que servidores com idades entre 50 e 59 anos apresentam uma probabilidade de motivação 4,49 vezes maior do que servidores jovens, de 19 a 20 anos. No entanto, não houve significância estatística em relação às demais faixas etárias. A motivação elevada observada entre servidores mais experientes, especialmente, pode ser explicada pelos desafios enfrentados ao longo de suas carreiras, alinhando-se às discussões de Cappelli (2009) e Silva e Vitoriano (2021) sobre a relevância de uma comunicação clara para facilitar tanto o trabalho interno quanto o atendimento ao público. Esses servidores mais experientes parecem reconhecer a Linguagem Simples como uma ferramenta prática para melhorar a acessibilidade e a eficiência.

A variável Conhecimento 1, que mede a habilidade dos servidores em identificar uma frase de fácil compreensão, apresentou significância estatística. Servidores que

conseguem identificar essas frases têm 1,7 vezes mais chances de estarem motivados em comparação com aqueles que não conseguem. Esse resultado evidencia que o nível de compreensão das informações influencia diretamente a motivação. Esse resultado está alinhado com o conceito de Linguagem Simples, conforme discutido por *Plain Language Association International* (2021), que enfatiza a importância de tornar a comunicação acessível para promover maior eficiência. Essa evidência também se conecta aos argumentos de Finatto e Motta (2017), que destacam a acessibilidade textual e terminológica como elementos centrais para reduzir barreiras comunicativas.

Por outro lado, a variável Conhecimento 2, que avalia se os servidores têm conhecimento sobre o conceito de linguagem simples e sua aplicação no Brasil, os resultados não foram estatisticamente significativos. Isso sugere que muitos servidores podem não estar familiarizados com o tema, o que limita sua influência na motivação. Isso está em consonância com Ruta-Korytowska (2022), que aponta para as dificuldades na tradução de conceitos técnicos em práticas aplicáveis, e Dreher (2017), que destaca a importância de disseminar o conhecimento sobre o tema para superar resistências e barreiras organizacionais.

A análise da variável Conhecimento 3, que avalia o nível geral de conhecimento dos servidores sobre linguagem simples, revelou resultados mais expressivos. Servidores com conhecimento médio têm 2,1 vezes mais chances de estarem motivados em comparação com aqueles com conhecimento baixo. Esse índice sobe para 6,0 vezes quando se trata de servidores com conhecimento elevado. Esses resultados reforçam a relação direta entre conhecimento profundo e motivação, como discutido por Cappelli, Oliveira e Nunes (2023), que argumentam que servidores bem capacitados estão mais aptos a reconhecer os benefícios da prática e aplicá-la em suas atividades. Isso também destaca a importância de capacitações técnicas aprofundadas, uma necessidade já evidenciada por vários autores.

Por fim, a variável Capacitação, que avalia a participação dos servidores em cursos sobre o tema nos últimos quatro anos, não apresentou significância estatística. Essa ausência sugere que a simples participação em cursos pontuais pode não ser suficiente para gerar uma mudança significativa na motivação. Esse resultado corrobora a literatura de Fischer, Mont'alvão e Santos (2019), que destacam a resistência às mudanças culturais no setor público, e de Jones e Williams (2017), que sugerem a

importância de uma abordagem mais integrada para criar uma cultura organizacional voltada para a transparência e a eficiência.

De forma geral, os resultados indicam que, enquanto algumas variáveis, como conhecimento e experiência, desempenham um papel importante na motivação dos servidores, outras, como sexo e capacitação, apresentam influência limitada. Isso evidencia a necessidade de estratégias mais direcionadas, que considerem os fatores realmente relevantes para aumentar a participação dos servidores no uso da linguagem simples. Entre essas estratégias, destaca-se a importância de disseminar conhecimentos de forma mais aprofundada, promovendo uma melhor compreensão do conceito e de sua aplicabilidade no contexto público. Além disso, o investimento em programas de formação contínuos e bem estruturados é fundamental para capacitar os servidores e incentivar uma adoção consistente da linguagem simples. Essas ações podem não apenas melhorar a comunicação interna e externa no setor público, mas também contribuir para uma prestação de serviços mais clara, transparente e acessível à população, reforçando a confiança nos processos governamentais.

Tabela 2: Odds ratio (Razão de chance) sobre a probabilidade de estar motivado em uma amostra de servidores ocupados no período de referência, que abrange dezembro de 2023 a janeiro de 2024 em regressão logística.

Variáveis	Categoria	Total	
		O.R	Std.Err.
Sexo	Masculino		
	Feminino	1.076	(0.812)
Faixa etária	19-29 anos		
	30-39 anos	0.880	(0.717)
	40-49 anos	0.799	(0.644)
	50-59 anos	4.496+	(0.063)
	Acima de 59	0.428	(0.115)
Conhecimento 1	Não		
	Sim	1.715+	(0.084)
Conhecimento 2	Não		
	Sim	1.463	(0.322)
Conhecimento 3	Baixo		
	Médio	2.060*	(0.042)
	Elevado	6.005**	(0.001)
Capacitação	Nenhum		
	Nos últimos 4 anos	1.595	(0.245)
Teste Hosmer-Lemeshow (Prob>F)		0,821	
Obs.		267	

Fonte: Resultados da pesquisa. O.R (Odds Ratio ou Razão de Chance). + $p < 0,10$; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

Considerações Finais

Neste estudo, buscamos identificar os fatores que influenciam a motivação dos servidores para adotar a Linguagem Simples no setor público. Os resultados revelaram que algumas variáveis influenciam diretamente essa motivação. Embora o sexo não tenha se mostrado um fator determinante significativo, a faixa etária destacou-se como relevante, com servidores mais velhos demonstrando maior probabilidade de estarem motivados em relação ao uso da Linguagem Simples.

Esse comportamento pode ser explicado pela experiência acumulada ao longo de suas carreiras, lidando com desafios decorrentes da complexidade da linguagem técnica

e jurídica. Essa vivência os leva a valorizar e buscar formas de comunicação mais simples e eficazes. Assim, compreender as especificidades das diferentes faixas etárias é fundamental para o desenvolvimento de estratégias de incentivo à adoção da Linguagem Simples, adaptadas às necessidades e características de cada geração de servidores.

Adicionalmente, o conhecimento e a compreensão sobre a temática da Linguagem Simples mostraram-se fatores determinantes na motivação dos servidores. Aqueles com um nível mais elevado de conhecimento demonstraram-se significativamente mais motivados, evidenciando a importância de investir em capacitação e desenvolvimento contínuos nessa área.

Por outro lado, a participação em cursos nos últimos quatro anos não apresentou uma relação estatisticamente significativa com a motivação dos servidores. Isso sugere a necessidade de estratégias mais consistentes e contínuas para o fortalecimento dos programas de capacitação em Linguagem Simples, visando uma mudança efetiva na cultura organizacional e nas práticas de comunicação no setor público.

Os resultados destacam, portanto, a importância de uma compreensão aprofundada sobre a Linguagem Simples e de investimentos regulares em capacitação para promover uma cultura organizacional pautada pela transparência, acessibilidade e eficácia na prestação de serviços públicos. Esses dados oferecem subsídios valiosos para a formulação de políticas públicas e estratégias voltadas à melhoria da comunicação e do desempenho no setor público, buscando atender de forma mais eficiente às demandas e expectativas da sociedade.

No entanto, é importante destacar que os fatores analisados representam uma visão geral baseada nos dados do estudo. Este deve ser interpretado como um ponto de partida e não como uma análise de todos os servidores do Estado de Alagoas. Para ampliar o entendimento sobre a adoção da Linguagem Simples no setor público, futuros estudos devem explorar outros contextos organizacionais, culturais e históricos, além de incorporar novas variáveis de análise. Essa ampliação permitirá o desenvolvimento de políticas e estratégias públicas ainda mais abrangentes e adaptadas às diferentes realidades do serviço público brasileiro. Assim, esta pesquisa não apenas preenche uma lacuna no campo, mas também serve como base para avanços futuros na melhoria da comunicação e da governança pública.

Referências

ABEPTIC. **Guia ABEP de Linguagem Simples**. 2022. Disponível em: <https://abep-tic.org.br/guia-deuso-da-linguagem-para-apresentacao-de-servicos-publicos/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ARCHER, K. J.; LEMESHOW, S. Goodness-of-fit test for a logistic regresso model fitted using survey sample data. **The Stata Journal**, SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, v. 6, n. 1, p. 97–105, 2006.

BAHIA, N. **TJ-BA passa a utilizar 'linguagem simples' em atos e comunicados oficiais**. Bahia Notícias Justiça. 2022. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/66463-tj-ba-passaa-utilizar-linguagem-simples-em-atos-e-comunicados-oficiais.html>. Acesso em: 10 maio. 2024.

BARBOZA, E.M.F. A linguagem clara em conteúdos de web sites governamentais para promover a acessibilidade a cidadãos com baixo nível de escolaridade. **Inclusão Social**. Brasília, DF, v. 4 n. 1, p.52-66, jul./dez. 2010.

Brasil, B. **LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011**. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

Brasil, B. **LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017**. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113460.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

Brasil, B. **LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021**. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114129.htm. Acesso em: 15 ago. 2024.

CÂMARA, A. d. N. **Comissão aprova projeto que institui a Política Nacional de Linguagem Simples em órgãos públicos**. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/878987-comissaoaprova-projeto-que-institui-a-politica-nacional-de-linguagem-simples-em-orgaos-publicos/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 6256/2019, de 3 de dezembro de 2019. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples nos órgãos e entidades da**

administração pública direta e indireta. Brasília, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2231632> . Acesso em: 18 mar. 2024.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics: methods and applications.** 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CAPPELLI, C. **Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos.** Rio de Janeiro, 2009.

CAPPELLI, C.; OLIVEIRA, R.; NUNES, V. Linguagem simples como pilar da transparência. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 10, n. 9, p. 32-45, 2023.

CEARÁ, Governadora Izolda Cela sanciona lei que institui a Política Estadual de Linguagem Simples em Direito Visual. 2022. Disponível em: <https://www.etice.ce.gov.br/2022/12/09//governadorasanciona-lei-que-institui-a-politica-estadual-de-linguagem-simples/>. Acesso em: 05 de abr. 2024.

CRUZ, C. F., SILVA, L. M., SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Contabilidade, Gestão e Governança.** 12 (3), 102-115, 2009.

DREHER, K. Insider audiences and plain-language revision: A city charter case study. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. 60, n. 4, p. 430-447, 2017.

FINATTO, M. J. B.; MOTTA, E. Terminologia e acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 316-346, 2017.

FISCHER, Heloisa. **Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania: Subsídios do movimento mundial pela linguagem clara para facilitar a compreensão de textos que orientam cidadãos em ambientes de governo eletrônico.** Rio de Janeiro: Com Clareza, 84 p. 2018.

FISCHER, H., MONT'ALVÃO, C., SANTOS, E. O papel do texto na compreensibilidade de e-Serviços. **Ergodesign & HCI**, [S.l.], v. 7, n. Especial, p. 207-219, dez. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Orientações para adoção de linguagem clara.** [S. l.: s. n.], 2016.

GESPÚBLICA – PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO. **Fugindo do “burocratês”: como facilitar o acesso do cidadão ao serviço público: Dicas de como comunicar um serviço público para o**

seu público-alvo utilizando linguagem cidadã. [S. l.]: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2016.

GREENE, W. H. **Econometric analysis.** 8. ed. Harlow: Pearson, 2020.

GRILLE, S. P. Teaching Administrative Law through its Textual Genres: Compilation, Annotation and Corpus Analysis. Proceedings. **Org ISSN**, v. 1613, p. 0073, 2022.

JONES, N. N; WILLIAMS, M. F. The social justice impact of plain language: A critical approach to plain-language analysis. **IEEE Transactions on Professional Communication**, v. 60, n. 4, p. 412-429, 2017.

PALASSI, M. P., MARTINS, G. F., PAULA, A. P. P. D. Consciência política e participação cidadã de estudantes de administração: um estudo exploratório em uma universidade pública no brasil. **READ. Revista Eletrônica de Administração** (Porto Alegre), 22, 435-461, 2016.

PARANÁ. **Linguagem Simples no PIÁ.** 2023. Disponível em: <https://www.pia.pr.gov.br/pagina-62.html>. Acesso em: 8 jan. 2024.

PLAIN LANGUAGE ACTION AND INFORMATION NETWORK. **Federal Plain Language Guidelines: Improving Communications.** Monce: Plain Language Action and Information Network, 2019.

PLAIN LANGUAGE ASSOCIATION INTERNATIONAL. **What is plain language?** 2021. Disponível em: <<https://plainlanguagenetwork.org/plain-language/what-is-plain-language/>> Acesso em 15 de maio de 2021.

PISTOLA, S.; DA CUNHA, I. La resolución administrativa publicada en portales web institucionales: Un análisis basado en corpus. **ELUA. Estudios de Lingüística.** 38: 17-45, 2022.

RUTA-KORYTOWSKA, K. Plain language in the City of Poznań: good practices. **Poradnik Językowy**, n. 08, p. 22-38, 2022.

SÁNCHEZ RAMOS, M. M.; ANGULO, P. El desafío lingüístico en los servicios públicos: el caso del lenguaje claro y la lectura fácil en contextos migratorios. **Tonos digital**, n. 42, 2022.

SILVA, A. R.; VITORIANO, M. C.C. P. Linguagem simples em arquivos públicos: mapeando a atuação do NARA. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 302–317, 2021.

SONG, C.; LEE, J. Citizens' use of social media in government, perceived transparency, and trust in government. **Public Performance & Management Review**, 39(2), 430-453. 2016.

SULLIVAN, R. The promise of plain language drafting. **McGill LJ**, v. 47, p. 97, 2001.

TAIBI, M. Public service translation: Critical issues and future directions. **The Routledge Handbook of Public Service Interpreting**, p. 106-122. 2023.

VERMEIREN, H. A First set of guidelines for public service interpreters who unexpectedly face clients with a disability. **Current Trends in Translation Teaching & Learning E**, p. 437-471, 2018.

WILLERTON, R. **Plain language and ethical action: a dialogic approach to technical content in the twenty-first century**. New York: Routledge, 2015.

APÊNDICE 1

Questionário sobre Linguagem Simples – SEPLAG

1 - Sexo

- Masculino
 Feminino

2 - Faixa etária

- 19-29 anos
 30-39 anos
 40-49 anos
 50-59 anos
 Acima de 59

3 - Marque a alternativa que possua uma frase de fácil compreensão.

- A - A coordenadora entregou os documentos imprescindíveis para a realização da conferência.
 B - Os requerimentos essenciais para a realização da conferência foram entregues pela coordenadora.
 C - A coordenadora entregou os documentos solicitados para a realização da conferência.
 D - Os requerimentos que são essenciais para a realização da conferência foram entregues pela coordenadora.
 E - A coordenadora outorgou os requerimentos essenciais para a realização da conferência.
 F - Para a realização da conferência, os requerimentos essenciais foram entregues pela coordenadora.

4 - Marque a alternativa abaixo sobre o conceito de Linguagem Simples e seu contexto de aplicação no Brasil.

- A - Linguagem Simples defende que os textos sejam escritos exatamente como as pessoas falam, ou seja, de maneira informal, como bate-papo.
 B - A Linguagem Simples compreende um conjunto de práticas que não têm por objetivo fazer com que os textos sejam mais fáceis de ler e de entender.
 C - É um conjunto de práticas voltadas para a elaboração de textos complexos.
 D - A Linguagem Simples é uma técnica de comunicação que se preocupa apenas com o cumprimento das regras gramaticais, sem considerar o grau de escolaridade e letramento das pessoas que farão a leitura dos textos.
 E - O aspecto social da Linguagem Simples está relacionado ao direito de as pessoas entenderem as informações que orientam o cotidiano em que vivem. Como técnica de comunicação, a Linguagem Simples se preocupa com a elaboração de textos que sejam fáceis de ler.
 F - Uma das recomendações da Linguagem Simples é que a administração pública continue utilizando uma linguagem semelhante a linguagem jurídica em seus textos, mesmo que isso dificulte a leitura e a compreensão por parte das pessoas.

5 - Qual seu nível de conhecimento sobre a temática Linguagem Simples?

- Baixo
 Médio
 Elevado

6 - Você participou de capacitações ou cursos voltados para a Linguagem Simples nos últimos 4 anos ?

- Nenhum
- Nos últimos 4 anos

7 - A prática da Linguagem Simples (LS) no setor público depende de uma mudança de cultura dos servidores e da organização em geral. Tendo em vista essa afirmativa, você se sente motivado para aplicar a LS no seu setor?

- Não - motivado
- Motivado